



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

13/2024

PÁGINA Nº

1 de 12

RESPONSÁVEL

Iris Helena

SUMÁRIO

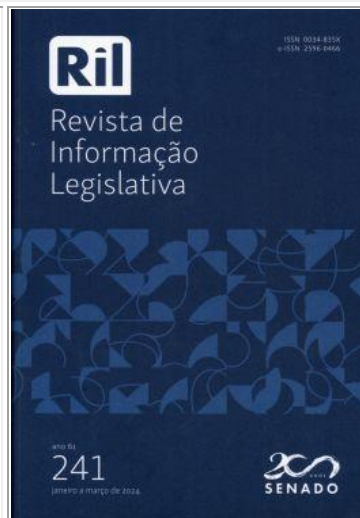
– LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Conselho Nacional de Justiça
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

III- PERIÓDICO



Revista CEJ



Revista de Informação
Legislativa



Revista Síntese Trabalhista e
Previdenciária



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

13/2024

PÁGINA Nº

2 de 12

RESPONSÁVEL

Iris Helena

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República

[Decreto n. 12.025, de 21 de maio de 2024](#)

Altera o [Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023](#), que dispõe sobre convênios e contratos de repasse relativos às transferências de recursos da União, e sobre parcerias sem transferências de recursos, por meio da celebração de acordos de cooperação técnica ou de acordos de adesão.

DOU - Seção 1, p. 1, Extra B, 21/05/2024

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Congresso Nacional

[Lei n. 14.514, de 29 de dezembro de 2022](#) (*)

Dispõe sobre a empresa Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (INB), sobre a pesquisa, a lavra e a comercialização de minérios nucleares, de seus concentrados e derivados, e de materiais nucleares, e sobre a atividade de mineração; altera as Leis nºs [4.118, de 27 de agosto de 1962](#), [8.001, de 13 de março de 1990](#), [9.991, de 24 de julho de 2000](#), [10.438, de 26 de abril de 2002](#), [13.575, de 26 de dezembro de 2017](#), [13.848, de 25 de junho de 2019](#), e [14.222, de 15 de outubro de 2021](#), e o [Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de](#)



ALERTA SEBIB

NÚMERO
13/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
3 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[1967](#) (Código de Mineração); e revoga a [Lei nº 5.740, de 1º de dezembro de 1971](#), e dispositivos das Leis nºs [4.118, de 27 de agosto de 1962](#), [6.189, de 16 de dezembro de 1974](#), [7.781, de 27 de junho de 1989](#), [13.575, de 26 de dezembro de 2017](#), e [14.222, de 15 de outubro de 2021](#), e do [Decreto-Lei nº 1.038, de 21 de outubro de 1969](#).

DOU - Seção 1, p. 3, 22/05/2024

(*) Promulga partes vetadas da [Lei n. 14.514 de 29.12.2022](#).

[Lei n. 14.597, de 14 de junho de 2023](#) (*)

Institui a Lei Geral do Esporte. Fonte: D.O.U., Seção 1, p. 3-4, quarta-feira, 22 de maio de 2024. (*) Promulga partes vetadas da Lei n. 14.597, de 14.6.2023.

DOU - Seção 1, p. 3-4, 22/05/2024

(*) Promulga partes vetadas da [Lei n. 14.597, de 14.6.2023](#).

[Lei n. 14.726, de 17 de novembro de 2023](#) (*)

Institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios dos membros da Defensoria Pública da União e dispõe sobre a sua interiorização.

DOU - Seção 1, p. 4, 22/05/2024

(*) Promulga partes vetadas da [Lei n. 14.726, de 17.11.2023](#).

[Lei n. 14.734, de 23 de novembro de 2023](#) (*)

Altera a [Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009](#), para determinar que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios forneçam recursos financeiros a fim de possibilitar o pleno funcionamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e aprovem normas complementares para execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

DOU - Seção 1, p. 4, 22/05/2024

(*) Promulga partes vetadas da [Lei n. 14.734, de 23.11.2023](#).

[Lei n. 14.750, de 12 de dezembro de 2023](#) (*)

Altera as Leis nºs [12.608, de 10 de abril de 2012](#), e [12.340, de 1º de dezembro de 2010](#), para aprimorar os instrumentos de prevenção de acidentes ou desastres e de recuperação de áreas por eles atingidas, as ações de monitoramento de riscos de acidentes ou desastres e a produção de alertas antecipados.

DOU - Seção 1, p. 4, 22/05/2024

(*) Promulga parte vetada da [Lei n. 14.750, de 12.12.2023](#).

[Lei n. 14.755, de 15 de dezembro de 2023](#) (*)

Institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB); discrimina os direitos das Populações Atingidas por Barragens (PAB); prevê o Programa de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PDPAB); estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor; e revoga dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#).

DOU - Seção 1, p. 4, 22/05/2024

(*) Promulga partes vetadas da [Lei n. 14.755, de 15.12.2023](#).

[Lei n. 14.756, de 15 de dezembro de 2023](#) (*)

Dispõe sobre emolumentos dos serviços notariais e de registros públicos no âmbito do Distrito Federal e dos Territórios; revoga disposições do [Decreto-Lei nº 115, de 25 de janeiro de 1967](#); e dá outras providências.



ALERTA SEBIB

NÚMERO
13/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
4 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

DOU - Seção 1, p. 5, 22/05/2024

(*) Promulga partes vetadas da [Lei n. 14.756, de 15.12.2023](#).

[Lei n. 14.757, de 19 de dezembro de 2023](#) (*)

Altera a [Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009](#), a [Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993](#), e a [Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017](#), para dispor sobre a extinção de cláusulas resolutivas constantes de títulos fundiários, e dá outras providências.

DOU - Seção 1, p. 5, 22/05/2024

(*) Promulga partes vetadas da [Lei n. 14.757, de 19.12.2023](#).

[Lei n. 14.770, de 22 de dezembro de 2023](#) (*)

Altera a [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), para determinar o modo de disputa fechado nas licitações de obras e serviços que especifica, facultar a adesão de Município a ata de registro de preços licitada por outro ente do mesmo nível federativo, dispor sobre a execução e liquidação do objeto remanescente de contrato administrativo rescindido, permitir a prestação de garantia na forma de título de capitalização e promover a gestão e a aplicação eficientes dos recursos oriundos de convênios e contratos de repasse.

DOU - Seção 1, p. 5, 22/05/2024

(*) Promulga partes vetadas da [Lei n. 14.770 de 22.12.2023](#).

[Lei n. 14.785, de 27 de dezembro de 2023](#) (*)

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nºs [7.802, de 11 de julho de 1989](#), e [9.974, de 6 de junho de 2000](#), e partes de anexos das Leis nºs [6.938, de 31 de agosto de 1981](#), e [9.782, de 26 de janeiro de 1999](#).

DOU - Seção 1, p. 5, 22/05/2024

(*) Promulga partes vetadas da [Lei n. 14.785, de 27.12.2023](#).

[Lei n. 14.790, de 29 de dezembro de 2023](#) (*)

Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa; altera as Leis nºs [5.768, de 20 de dezembro de 1971](#), e [13.756, de 12 de dezembro de 2018](#), e a [Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001](#); revoga dispositivos do [Decreto-Lei nº 204, de 27 de fevereiro de 1967](#); e dá outras providências.

DOU - Seção 1, p. 5, 22/05/2024

(*) Promulga partes vetadas da [Lei n. 14.790, de 29.12.2023](#).

[Lei n. 14.818, de 16 de janeiro de 2024](#) (*)

Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público; e altera a [Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020](#), e a [Lei nº 14.075, de 22 de outubro de 2020](#).

DOU - Seção 1, p. 5, 22/05/2024

(*) Promulga parte vetada da [Lei n. 14.818, de 16.1.2024](#).



ALERTA SEBIB

NÚMERO
13/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
5 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

[Lei n. 14.822, de 22 de janeiro de 2024](#)

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2024.

DOU - Seção 1, p. 6-7, 22/05/2024

[Lei n. 14.857, de 21 de maio de 2024](#)

Altera a [Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006](#) (Lei Maria da Penha), para determinar o sigilo do nome da ofendida nos processos em que se apuram crimes praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.

DOU - Seção 1, p. 7, 22/05/2024

[Lei n. 14.858, de 21 de maio de 2024](#)

Altera a [Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997](#), que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, com o objetivo de instituir a obrigatoriedade de priorizar espaço e vaga para o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.

DOU - Seção 1, p. 7, 22/05/2024

[Lei n. 14.724, de 14 de novembro de 2023](#) (*)

Institui o Programa de Enfrentamento à Fila da Previdência Social (PEFPS); dispõe sobre a transformação de cargos efetivos vagos do Poder Executivo federal; altera as Leis nºs [3.268, de 30 de setembro de 1957](#), [8.213, de 24 de julho de 1991](#), [8.742, de 7 de dezembro de 1993](#), [13.146, de 6 de julho de 2015](#) (Estatuto da Pessoa com Deficiência), [11.907, de 2 de fevereiro de 2009](#), [11.134, de 15 de julho de 2005](#), [11.361, de 19 de outubro de 2006](#), [10.486, de 4 de julho de 2002](#), [13.328, de 29 de julho de 2016](#), [9.264, de 7 de fevereiro de 1996](#), [12.086, de 6 de novembro de 2009](#), [8.745, de 9 de dezembro de 1993](#), e [14.204, de 16 de setembro de 2021](#); e revoga dispositivos das Leis nºs [9.713, de 25 de novembro de 1998](#), [9.986, de 18 de julho de 2000](#), e [14.059, de 22 de setembro de 2020](#), e a [Medida Provisória nº 1.181, de 18 de julho de 2023](#).

DOU - Seção 1, p. 1-2, 23/05/2024

(*) Promulga partes vetadas da [Lei n. 14.724, de 14.11.2023](#).

[Lei n. 14.859, de 22 de maio de 2024](#)

Altera a [Lei nº 14.148, de 3 de maio de 2021](#), para estabelecer alíquotas reduzidas no âmbito do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos - Perse; e revoga dispositivo da [Medida Provisória nº 1.202, de 28 de dezembro de 2023](#).

DOU - Seção 1, p. 2, 23/05/2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
13/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
6 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Conselho Nacional de Justiça

Presidência

[Resolução n. 560, de 14 de maio de 2024](#)

Altera as Resoluções CNJ n. [293/2019](#) e [343/2020](#), conferindo maior efetividade à Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores.

eDJ-CNJ n. 117, de 27/05/2024, p. 2-3

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Presidência

[Portaria n.554, de 21 de maio de 2024](#)

Cria a Comissão para elaboração de estudos sobre a necessidade de especialização de unidades judiciárias ou criação de Núcleos de Justiça 4.0 para atuar como centrais de controle e apoio para gestão de execuções fiscais suspensas e arquivadas.

BDTRF1, 21 de maio de 2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
13/2024

PÁGINA Nº
7 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

III – PERIÓDICOS

REVISTA CEJ Nº 82 – JUL./DEZ./2021

DIREITO PENAL

- 7** PRINCÍPIO DA CONFIANÇA COMO CRITÉRIO EXCLUDENTE DE IMPUTAÇÃO OBJETIVA NO DIREITO PENAL E SEU EMPREGO NA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
The principle of trust as exclusive criterion for objective imputation in Criminal Law and its use in the jurisprudence of the Superior Court of Justice
Pablo Rodrigo Alflen e Leoberto Simão Schmitt Júnior

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 20** A GARANTIA DA IMPARCIALIDADE JUDICIAL ATRAVÉS DO FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO
The guarantee of judicial impartiality through the Forum by Functional Prerogative
Reis Friede
- 31** RELEITURA DO PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO SOB A ÓTICA DO DIREITO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS
Rethinking the principle of the right to appeal in the light of international Human Rights Law
Juliana Perlingeiro

DIREITO CIVIL

- 43** O DIREITO DAS SUCESSÕES E A FILANTROPIA: as fundações criadas por testamento e as disposições testamentárias para a caridade
Inheritance Law and philanthropy: testamentary foundations and charitable bequests
Raphael Rego Borges Ribeiro
- 58** A INFLUÊNCIA JURÍDICA DO TEMPO NOS CONTRATOS DE LONGA DURAÇÃO
The legal influence of time on long-term contracts
Kelly Susane Alflen da Silva

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

- 72** VERBA HONORÁRIA ADVOCATÍCIA E SUCUMBÊNCIA RECURSAL RECÍPROCA NOS JUIZADOS ESPECIAIS
Lawyers' fees and reciprocal appeal succumbing in special courts
Flávio da Silva Andrade



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
13/2024

PÁGINA Nº
8 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

- 77** RELEITURA DA SÚMULA 54 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA:
narrowing dos precedentes em relação ao termo inicial dos juros na
reparação do dano extrapatrimonial
*Rereading of Precedent 54 of the Superior Court of Justice:
narrowing of the precedents in relation to the initial term of interest in
the repair of off-balance sheet damage*
Cássio Benvenuto de Castro
- TEORIA GERAL DO DIREITO **89** REGRA OU EXCEÇÃO: onde reside a justiça?
Rule or exception: where does justice lay?
Guilherme Corrêa de Araujo
- DIREITO ADMINISTRATIVO **97** OTIMIZAÇÃO DE GERENCIAMENTO DE PROCESSOS
EM GABINETES E UNIDADES JURISDICIONAIS
*Process management improvement in offices
and jurisdictional units*
Arthur Pinheiro Chaves
- DIREITO TRIBUTÁRIO **105** O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA ECONÔMICO-SOCIAL E A JUSTIÇA FISCAL
Social economic efficiency principle and tax justice
Aline Vitalis
- DIREITO IMOBILIÁRIO **114** FUNDAMENTOS DO DIREITO IMOBILIÁRIO NA ALEMANHA
Fundamentals of Real Estate Law in Germany
Leonardo Estevam de Assis Zanini
- INDICAÇÕES LITERÁRIAS **123** INOVAÇÃO JUDICIAL: fundamentos e práticas para
uma jurisdição de alto impacto
Por Marcelo Navarro Ribeiro Dantas
- 125** A PERÍCIA MÉDICA JUDICIAL
Por José Antonio Savaris



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
13/2024

PÁGINA Nº
9 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 241 – JAN.-MAR./2024

ARTIGOS DA CHAMADA ESPECIAL *SENADO 200 ANOS*

- 13 **O controle da ética parlamentar no Senado Federal: a punição disciplinar dos senadores em argumentos e números**
Federal Senate's control of parliamentary ethics: senators' disciplinary punishment in arguments and numbers
Roberta Simões Nascimento
- 45 **O Senado à frente do Congresso: sessão conjunta e direção dos trabalhos ao longo de 200 anos**
The Senate ahead of Congress: joint session and direction of works over 200 years
Rodrigo Ribeiro Bedritichuk
- 67 **As indicações no Congresso Nacional: uma comparação entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal na 56ª Legislatura**
Appointments in the National Congress: a comparison between the Chamber of Deputies and the Federal Senate in the 56th Legislature
Paulo Magalhães Araújo
- 95 **O Senado na Constituição de 1934: uma análise do surgimento do instituto da coordenação dos Poderes**
The Senate in the 1934 Constitution: an analysis of the emergence of the institute of coordination of Powers
Nelson Juliano Cardoso Matos
Carlos Alberto da Silva Moura Júnior

ARTIGOS DO FLUXO REGULAR DE SUBMISSÃO

- 117 **O *private enforcement* como paradigma de controle social da concorrência: sua potencialidade no ordenamento jurídico brasileiro após a Lei nº 14.470/2022**
Private enforcement as paradigm of competition social control: its capabilities to the Brazilian legislation post Law n. 14.470/2022
Bruno Leonardo Câmara Carrá
Lívia Oliveira Lemos



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
13/2024

PÁGINA Nº
10 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

- 139 **O silêncio não cura: discurso de ódio, liberdade de expressão e Psicanálise**
Silence does not heal: hate speech, free speech and Psychoanalysis
Marcelo Campos Galuppo
- 157 **Uma análise da construção jurisprudencial de conhecimento e aplicação do HC coletivo no STF e no STJ**
An analysis of the jurisprudential construction of knowledge and application criteria for collective HC as applied in STF and STJ
Carolina Trevisan de Azevedo
Camilo Zufelato
- 191 **A (des)proteção previdenciária da criança e do adolescente sob guarda: uma insegurança prolongada**
The (lack of) social security protection for children and adolescents under custody: a prolonged insecurity
Marcelo Leonardo Tavares
Fernanda Cabral de Almeida
- 219 **Sobrevitimização feminina: os nocivos impactos da publicização da ação penal nos crimes contra a liberdade sexual**
Women's over-victimization: the harmful impacts of the publicizing of criminal prosecution in crimes against sexual freedom
Fernando Laércio Alves da Silva
Marina Oliveira Guimarães
- 237 **Interesse positivo e negativo como mecanismo de aferição do dano reparável no Direito brasileiro**
Positive and negative interest as a mechanism for assessing repairable damage in Brazilian
Maria Gabriela Staut



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
13/2024

PÁGINA Nº
11 de 12

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA SÍNTESE TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA Nº 418- ABR./2024

Assunto Especial

ERGONOMIA E *HOME OFFICE*

DOCTRINA

1. Ergonomia e Responsabilidade Empresarial no Trabalho *Home Office*:
Desafios e Soluções
Adriano Jannuzzi Moreira..... 9

Parte Geral

DOCTRINAS

1. Modalidades de Trabalhadores Esportivos na Lei nº 14.597/2023
Gustavo Filipe Barbosa Garcia..... 22
2. Aplicação da Teoria da Causa Madura no Julgamento de Recurso de
Revista
Valdir Florindo 27
3. Apontamentos com Relação à Convenção Trabalhista e Sua Força
Normativa
Rogério Tadeu Romano 42
4. Análise do Critério Etário do Idoso Estipulado pela Lei nº 10.741/2003
Como Requisito para Concessão do Benefício Assistencial de Prestação
Continuada e a Inclusão do Indivíduo em Situação de Vulnerabilidade
Sandy Tamires Dias Cruz e Janaina Alcântara Vilela..... 50
5. O Medo de Perder Ainda Mais! – Pagamento de Honorários
Sucumbenciais: a Realidade do Hipossuficiente na Relação Jurídica
Leonardo Soares da Silva e Ana Carolina da Motta Paes..... 63

Seção Especial

ACONTECE

1. Você É Burro?
Domingos Sávio Zainaghi..... 197

EM POUCAS PALAVRAS

1. INSS, o Caos e o Dano Moral Previdenciário
Sérgio Henrique Salvador 198



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

13/2024

PÁGINA Nº

12 de 12

RESPONSÁVEL

Iris Helena

ESTUDO DIRIGIDO

1. Como as Nações Podem Conciliar o Desenvolvimento Econômico com a Saúde e a Segurança do Trabalhador?
Caio Gonçalves 213